

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2009

----Aos vinte dias do mês de Novembro de dois mil e nove, pelas 21h15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

- PONTO 1 - Alteração da Estrutura Orgânica, Atribuições dos Serviços e Mapa de Pessoal**
- (P 6-A/P/09)
- PONTO 2 - EMIA**
- 1.1. Conselho de Administração - (P 07-A/P/09)
 - 1.2. 2ª Adenda ao Contrato Programa e de Gestão - (P 11-A/P/09)
- PONTO 3 - DERRAMA** - (P 13-A/P/09)
- PONTO 4 - IMI** - (P 14-A/P/09)
- PONTO 5 - TMDP** - (P 15-A/P/09)
- PONTO 6 - Conselho Consultivo da EMIA - Eleição de 2 Presidentes de Junta de Freguesia e de 3 Representantes dos Utentes**
- PONTO 7 - Assembleia Distrital de Lisboa - Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia e Seu Substituto**
- PONTO 8 - Assembleia Intermunicipal da CIMLT - Eleição de 5 Elementos da Assembleia Municipal**
- PONTO 9 - ANMP - Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia e Seu Substituto**
- PONTO 10 - Conselho da Comunidade ACES - Agrup. Centros de Saúde Lezíria 1- Ribatejo - Eleição de 1 Representante**
- PONTO 11 - Conselho Cinegético Municipal - Eleição de Autarca**
- PONTO 12 - Criação da Comissão Permanente**
- PONTO 13 - Criação de Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal**

----- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Srs. Rui Augusto Nabais e Francisco Alberto dos Santos Jerónimo. -----

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Ana Sofia dias Ajuda, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António Luís Lavado dos Reis, António Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, João Manuel Couchinho, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos. -----

----Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Marco António Martins Leal Pereira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da ausência justificada do Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, que foi substituído pelo Senhor António Luís Lavado dos Reis. -----

Mais informou de estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, nesse sentido, ia proceder à abertura da primeira sessão da presente legislatura. Acrescentou ainda que, por se tratar de uma reunião extraordinária, havia um período antes da ordem do dia destinado ao público. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se havia no público quem quisesse intervir. --

---- Interveio o Sr. José Almeida, munícipe, tendo começado por cumprimentar todos os presentes e felicitar todos os membros eleitos e reeleitos. Seguidamente quis saber a razão da acumulação de actas que foram à aprovação na reunião ordinária do dia 28 de Setembro último. Pretendeu, igualmente, saber quais os locais onde são afixados os Editais anunciando as datas das reuniões deste Órgão. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra para esclarecer que, por não ter havido oportunidade de levar as actas para aprovação em reuniões anteriores, foi feito um esforço para que todas fossem aprovadas naquela sessão de 28 de Setembro uma vez que o mandato estava prestes a terminar. -----

Quanto aos Editais, o Sr. Presidente informou de que a Assembleia os envia para as Juntas de Freguesia que, por sua vez, os distribuem e afixam nos locais estipulados para o efeito. -----

---- Não havendo mais intervenções do público, o Sr. Presidente informou de que, muito embora esta seja uma reunião extraordinária, que não prevê a intervenção dos Deputados Municipais no período antes da Ordem do Dia, todavia, por ser a primeira deste mandato, iria dar a oportunidade de intervir a um representante de cada Grupo. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal, Daniel Claro, do B.E., para fazer referência às deficientes condições que o Auditório Municipal apresenta para a realização das reuniões deste Órgão, impondo-se, em sua opinião, uma mudança de espaço. -----

Referiu também que o Bloco de Esquerda irá apresentar uma proposta de um memorando, concertado entre a Câmara e a Assembleia, através do qual pretende

saber todas as condições de funcionamento da Assembleia Municipal, visando o espaço, o que a lei prevê em termos dos funcionários adstritos a este Órgão, quantos e a fazer o quê, o estabelecimento de algumas regras por forma a evitar o triste espectáculo dos Senhores Deputados Municipais estarem sistematicamente a contestar o Sr. Presidente da Câmara por não lhes ser facultada a documentação pedida. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho, da Coligação P.F.N.T., dizendo não ter, no momento e em especial, nada a acrescentar a não ser o facto de concordar que efectivamente este espaço não é o mais indicado para a realização das reuniões da Assembleia. Aproveitou, contudo, esta sua intervenção para saudar os colegas, o público presente e o Executivo Camarário e para apelar ao diálogo de forma a melhor servir o Concelho de Azambuja. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mandes, da C.D.U., interveio também para manifestar a sua concordância com a mudança das reuniões para outro local. Aproveitou também para referir que nas últimas eleições autárquicas o maior numero de votos foi para a abstenção, com 7.065 votos, não contando com os nulos nem com os brancos, seguido do Partido Socialista com 33%, da Coligação PFNT com 10%, a CDU com 10% e o BE com 3.8%. Pretendeu com isto dizer que a abstenção está a subir, pelo que era importante reflectir sobre este facto. -----

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas, do P.S., para dizer que desde há 30 anos a esta parte muita coisa evoluiu na Câmara e no Concelho mas em relação aos Membros da Assembleia pouco ou nada se fez e, por isso, a partir de agora se iriam empenhar, com a ajuda do Sr. Presidente da Assembleia, para que sejam criadas condições nesse sentido. -----

---- Após estas intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que oportunamente irá dar informações sobre a localização das futuras reuniões e dos lugares dos Grupos Parlamentares. Posto isto, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes, tendo aproveitado para fazer uma saudação especial aos Srs. Deputados Municipais. Fez votos para que esta Assembleia seja um modo de discussão dos grandes problemas e dos grandes desafios que se colocarão ao Concelho nos próximos quatro anos e que seja também um local onde, com as divergências de ideologia politica que os Grupos têm, todos saibam no entanto gerar os consensos fundamentais para o progresso do Concelho de Azambuja. -----

---- Esgotado o período, o Sr. Presidente da Assembleia deu inicio aos trabalhos constantes da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Alteração da Estrutura Orgânica, Atribuições dos Serviços e Mapa de Pessoal - (P 6-A/P/09)

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado António Godinho para dizer que esta proposta trata de uma matéria que diz respeito à reestruturação do funcionamento da própria Câmara, pelo que apenas apelam a que ela corresponda a um bom desenvolvimento da organização dos serviços em termos dos trabalhos em curso e, nessa perspectiva, informou de que a Coligação PFNT se irá abster nesta votação. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio para referir que também concorda que esta é uma matéria que diz respeito à Câmara, no entanto, o que não quer dizer que não possam fazer alguma análise e emitir sugestões. Assim sendo, e encadeando este

ponto com o ponto 2 da Ordem do Dia, disse haver situações que lhes suscitam algumas perplexidades, tais como as atribuições da Divisão de Educação, cujas competências são, no ponto a seguir, transferidas para a EMIA. Mesmo levando em conta que o Sr. Presidente da Câmara é o Presidente do Conselho de Administração da EMIA, e que chamará a si a coordenação de todos estes esforços, percebe-se que será um pouco difícil esta sobreposição de competências entre duas áreas municipais perfeitamente distintas. Outra questão que, sabendo-se que o desenvolvimento económico, que foi tema de campanha do PS, exactamente como o do BE, embora noutra perspectiva, era o assunto fundamental para os próximos 4 anos, lhe suscita perplexidade é que o único ponto que se aqui vê, além das feiras, etc. seja um Super Departamento de Divisão e Desenvolvimento do Concelho. Uma Divisão dependente directamente do Presidente da Câmara que, com as suas competências e práticas, irá ser certamente uma Super Divisão. Contudo, em termos de actuação e de instrumento de participação no planeamento económico, se encontra muito pouca coisa numa área que se diria prioritária. -----

Depois, olhando para o organigrama da Câmara, a sua perplexidade cresce. O Gabinete de Apoio às Colectividades directamente dependente da Câmara Municipal, quando, pela lógica e pelo consenso, deveria depender do Departamento de Intervenção Sócio Cultural, a menos que se entenda que a intervenção junto das colectividades é de tal maneira política que convém que fique na directa dependência do Sr. Presidente da Câmara, pelo que se impõe o devido esclarecimento sobre esta questão. Disse ser também espantoso como é que neste organigrama se mantém uma Divisão de Saúde e Acção Social com secções que nada têm a ver com a sua área de acção como a de Apoio Administrativo, o Núcleo de Desporto e o Núcleo de Apoio Juvenil e Tempos Livres. -----

---- Seguidamente Interveio o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais. Começou por esclarecer de imediato o Sr. Deputado Daniel Claro de que o seu pedido de esclarecimento sobre a Divisão de Acção Social correspondia a uma deficiente leitura do organigrama da Câmara. Explicou que o DISC é composto por três divisões que aparecem imediatamente abaixo dele, sendo que a Secção de Apoio de Administrativo, os Núcleos de Desporto e de Apoio e Juvenil e de Tempos Livres são autónomos e dependem directamente do DISC. -----

Sobre as outras questões levantadas pelo Sr. Deputado relativamente à EMIA, disse que daria os esclarecimentos aquando da discussão do ponto dois a Ordem de Trabalhos. Acrescentou, no entanto, que a EMIA é uma empresa com capitais 100% municipais e conseqüentemente uma empresa municipal estritamente instrumental, isto é, uma empresa municipal que a Câmara criou para executar tarefas ao nível de concretização de acções que são politicamente dirigidas, planeadas e controladas pela Câmara. -----

Quanto ao desenvolvimento económico, o Sr. Presidente disse ter sido de facto criada uma estrutura vocacionada para essa função que tem, efectivamente, interferência directa ao nível do Turismo, por ser o único vector que a Câmara definiu ser essencial para o desenvolvimento económico do concelho nos próximos anos e sobre o qual a Câmara tem capacidade para uma intervenção directa. Em todos os restantes sectores a Câmara não tem capacidade de intervenção directa. Apenas tem capacidade de intervenção indirecta através da promoção do concelho e através da articulação que faz entre esta estrutura agora criada e o Departamento de

Urbanismo. Departamento este que é fundamental em termos do encaminhamento dos diversos vectores do desenvolvimento do concelho. -----

Relativamente ao Gabinete de Apoio às Colectividades, salientou que é um gabinete que tem competência delegada no Sr. Vereador Marco Leal, que por sua vez tem competência delegada nas áreas da cultura, do desporto e na ocupação dos tempos livres e da juventude, pelo que as relações com as colectividades, dadas as suas características, não devem estar dependentes de um funcionário de carreira administrativa, mas sim do Vereador do respectivo Pelouro. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio para dizer que, efectivamente, tinha feito uma leitura deficiente do organigrama. Aproveitou, no entanto, para dizer que, relativamente à actividade económica, gostaria de saber se o Gabinete das Actividades Económicas se vai manter ou se vai desaparecer, uma vez que não o vê contemplado neste documento. -----

---- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P-A/P/09 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PS, 6 abstenções da CDU, 4 abstenções da Coligação PFNT e 1 abstenção do BE. -----

PONTO 2 - EMIA

1.1. Conselho de Administração - (P 07-A/P/09)

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Daniel Claro para dizer que nutre pelo Sr. José Manuel Pratas uma grande consideração pessoal e que, ao longo do seu percurso enquanto Vereador da Câmara, sempre se mostrou disponível para, com ele, discutirem os diversos assuntos a tratar, concordando ou não com as opções a tomar inerentes ao respectivo pelouro, e, por isso, se sentia um pouco constrangido por ter de colocar a questão seguinte. Apesar de estar ciente de que, conforme disse o Sr. Presidente da Câmara, não compete aos Deputados Municipais apreciar a nomeação dos membros, mas, politicamente, compete-lhes apreciar esta matéria. Assim, considera que a nomeação do Ex-Vereador José Manuel Pratas para este cargo na EMIA, que é publico, e que assumiu ou que vai assumir a Presidência da Comissão Política Concelhia do PS, prestam-se-lhe algumas questões que não gostaria de ver no concelho. No momento em que se discute tanto a transparência das relações entre os partidos políticos e entre os construtores e as obras públicas, não é correcto, no entender do BE, a nomeação de um presidente de uma comissão política de um partido para uma entidade que vai gerir as obras públicas da Câmara, independentemente de toda a confiança que tenhamos na pessoa. Sugeriu, que no futuro, determinado tipo de nomeações fossem objecto de auscultação, não de decisão, que essa compete indiscutivelmente à maioria, dos diversos partidos que aqui estão representados. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer que de facto a responsabilidade da nomeação do Conselho de Administração não passa pela Assembleia Municipal mas, no seguimento da avaliação política feita pelo Sr. Deputado, gostaria de dizer que as questões de putativos candidatos a presidente da comissão política concelhia do Partido Socialista de Azambuja é um assunto que não lhe diz respeito enquanto Presidente da Câmara, mas sim às estruturas do PS. A EMIA apenas faz uma parte ínfima das obras municipais que lhe são cometidas pela Câmara e Pela Assembleia Municipal, sendo que a grande generalidade das obras municipais são feitas pela Câmara, cujo responsável é o Presidente da Câmara. Levando o raciocínio do Sr. Deputado por diante, seria impossível ou pouco ético um Presidente

de Câmara ser Presidente de uma comissão política concelhia. Na prática, o que se sabe é que, na generalidade, os Presidentes de Câmara, que não é o seu caso, são simultaneamente presidentes das respectivas Comissões Políticas Concelhias, pelo que o argumento do Sr. Deputado Municipal não tem qualquer razão de ser.

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas para informar de que aceitou fazer parte do Conselho de Administração da EMIA, como Administrador não Executivo e não remunerado, seguindo os princípios que norteiam qualquer bom republicano, servir sem se servir, e também os princípios que definem um socialista. Quanto ao facto de ser candidato à concelhia, disse faltar ainda algum tempo para que essa situação se venha a concretizar. Informou de que irá concorrer e, se ganhar, nada o impedirá também de desempenhar com isenção a sua função na EMIA. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro quis intervir novamente para referir que a questão que se coloca é que a EMIA hoje pode ter poucas competências, mas pelo que se observa afigura-se-lhe que futuramente irá ser uma segunda câmara. Até porque a EMIA pelo seu figurino jurídico, e modelo de organização, reconhecido pela Câmara na adenda, mais flexível, eficiente, associado à contratação em moldes do direito privado, não pode ser comparada com a Câmara ou com a situação de um Presidente de Câmara que pode ser Presidente de uma Comissão Política. -----

----- Fez também questão de intervir na discussão desta matéria, o Sr. Deputado Municipal António Godinho para, em seu nome pessoal, manifestar que se trata de uma questão política, no entanto pensa tratar-se de situações independentes que podem ser fiscalizadas por órgãos próprios e competentes para o efeito, não vendo, por isso, qualquer impedimento em que o Ex-Vereador José Manuel Pratas desempenhe funções na EMIA. -----

----- Discutida esta proposta, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-a à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PS, 4 votos a favor da Coligação PFNT, 6 abstenções da CDU e 1 abstenção do BE. -----

1.2. 2ª Adenda ao Contrato Programa e de Gestão - (P 11-A/P/09)

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

Começou por dizer que o aparecimento desta proposta deriva exclusivamente de se conseguir ou não trazer para o Município de Azambuja cerca de 2,3 milhões de euros de fundos comunitários. O que aqui vem é a exigência que a CCDRL do Alentejo faz, muito discutida em reuniões em que participou com esta entidade, com o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de então, com as estruturas do Ministério do Ambiente e das Cidades que geriam os fundos comunitários, com a Administração da CIMLT, que já duram acerca de ano e meio. O Município teve 12,5 milhões de euros de contratualização e, naturalmente, tiveram de se fazer opções, no anterior mandato, sobre que projectos iriam ser incluídos naquele montante, que inicialmente era só de cerca de 9 milhões, mas em função das compensações da OTA foi aumentado em cerca de 2,3 milhões de euros. -----

Ora, tendo em vista este montante e que há projectos fundamentais para o desenvolvimento do concelho, apenas se pôde incluir o Centro Escolar de Vila Nova da Rainha. Como os Centros Escolares de Alcoentre e de Azambuja também eram fundamentais, houve necessidade de arranjar outra forma de se proceder à sua execução destas obras, que foi atribuí-las à EMIA. Aqui criou-se um problema. Havia dois centros escolares que estavam a ser executados pela empresa municipal, que tinham aval do Governo para serem incluídos no programa das compensações da OTA,

mas o regulamento comunitário dos centros escolares, referia estritamente que os únicos beneficiários de fundos comunitários para centros escolares eram exclusivamente os municípios, colocando de fora as empresas municipais. Ao fim de dois anos de negociações a forma encontrada para resolver esta situação foi que a Câmara candidatasse, fora da contratualização, a verba para estes dois centros escolares. Assim, em termos de Educação, a EMIA apenas executa as instruções da Câmara relativamente às actividades de enriquecimento curricular e, actualmente, está a executar dois centros escolares. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes para dizer que a Câmara está a ser esvaziada lentamente de atribuições e matérias que deveriam ter enquadramento político directo e, por via da instrumentalização da EMIA, está a tê-lo indirectamente, uma vez que ao estarem afectas àquela empresa não passam pelo escrutínio político e democrático da Vereação, provocando um desgaste da Câmara Municipal. Disse ainda que, à semelhança do que aconteceu com os parques de estacionamento, passando as actividades de enriquecimento curricular para a EMIA, certamente que, mais tarde, também irão ser sub-concessionadas a privados. -----

----- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu também para intervir na discussão deste ponto para dizer que leu o documento, adiantando, no entanto, que estes precedentes aparecem de uma forma genérica, e de facto a Câmara está a ser esvaziada. A EMIA foi criada para um determinado conjunto de atribuições, no entanto, progressivamente está a ter cada vez mais, deixando-o com alguma inquietação. Chamou a atenção para o articulado nas alíneas f) e g) do número um do contrato programa e de gestão, que permitem esse esvaziamento em prol de uma empresa que se rege em moldes de direito privado. No sentido de resolver as suas preocupações informou de que o BE irá apresentar uma proposta, que espera ver aprovada pela maioria, para a criação de uma comissão na Assembleia Municipal para o acompanhamento da EMIA, sem a interferência na sua actividade. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os devidos esclarecimentos. Referiu que a EMIA é uma empresa que está sujeita, ao nível da contratação de empreitadas e fornecimentos, rigorosamente às mesmas regras que a Câmara Municipal. Concursos públicos, contratos escritos, vistos do Tribunal de Contas, etc., havendo apenas um campo onde se rege pelos princípios da contratação privada, a contratação de pessoal. Lembrou que as AEC's de Azambuja já estiveram anteriormente entregues a uma empresa privada, assim como na generalidade dos municípios, com contrato anual de prestação de serviços. Todavia, esta situação não correu bem. Assim, o ano passado a Câmara contratou directamente pessoal e desenvolveu este programa das AEC's. Só que a lei veio proibir os municípios de contratar em regime de prestação de serviços, pelo que as novas contratações tem de ser feitas para o quadro privativo, com horário normal. Perante tal imposição, o Sr. Presidente questionou, ou voltava-se ao modelo de entregar a privados, apesar dos maus resultados observados anteriormente, ou contrata-se um sem numero de professores, pelos métodos normais de contratação municipal, que passa por concursos públicos, prestação de provas, etc., pagando-lhes o horário completo, das 9h às 17,30h, mas ocupando-os apenas das 15h às 17,30h. Perante esta situação, a Câmara optou por encarregar a EMIA de fazer a contratação deste pessoal porque, no âmbito da gestão de pessoal, a EMIA rege-se pelo direito privado. -----

----- Interveio o Sr. Deputado António Godinho para dizer que a coligação PFNT o que pensa e o que propôs ao eleitorado é um pouco diferente daquilo que o Presidente aqui falou e, assim sendo, pretende colocar duas questões. Uma, a eficácia em

termos da obtenção de fundos que são para o interesse do concelho, que neste caso não está em causa, pelo que a coligação apoia esta solução. Mas, em relação à outra questão, o Sr. Deputado referiu que, embora achem, a nível das empresas municipais, que lhe parece uma solução lógica, interessante, ágil e de instrumentalização, no entanto há que começar a diferenciar os assuntos e a especializar o trabalho nesta área. Assim, será fundamental, no futuro, pensar-se na criação de uma empresa municipal vocacionada essencialmente para as áreas da educação, cultura e desporto. Quanto à criação de uma comissão da Assembleia sugerida pelo representante do BE, disse não lhe parecer, à primeira vista, ter grande interesse, na medida em que existe um conselho consultivo que tem funções de fiscalização e onde a Assembleia tem também uma presença efectiva e diversificada, que garante claramente a isenção e a informação necessárias para acompanhar estas matérias, não sendo, por isso, necessário multiplicar comissões, as quais, no passado, também demonstram que não funcionam. -----

----- O Sr. Deputado David Mendes também pediu a palavra para dizer que gostaria de conhecer a opinião do Sr. Presidente da Assembleia sobre as condições em que se estão a realizar as reuniões deste Órgão, mais propriamente ao espaço em que são feitas. -----

Depois, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara referiu que actualmente a EMIA já tem a educação, a cultura e o desporto, pelo que quis saber se a área social também irá ser transferida para aquela empresa. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para responder que irá falar com o Sr. Presidente da Câmara sobre hipótese de as reuniões poderem passar a ser efectuadas noutra local informando, posteriormente, os Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 11-A/P/09 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PS, 4 abstenções da coligação PFNT, 6 votos contra da CDU e 1 voto contra do BE. -----

PONTO 3 - DERRAMA - (P 13-A/P/09)

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação da matéria constante deste ponto. -----

----- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu para intervir para dizer que o BE está de acordo com a proposta apresentada pela Câmara, apenas gostaria de introduzir uma “nuance” e, nesse sentido, perguntou se podia fazer a entrega de uma proposta à Mesa. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para informar de que a ser aceite pela Mesa a proposta ficará para ser agendada numa próxima reunião. -----

----- Depois de se terem levantado algumas dúvidas sobre a entrega ou não da proposta do BE, interveio o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que a proposta da Câmara tem sempre que ser votada, ou é recusada ou não é recusada, sendo que no período antes da ordem do dia destinado aos Senhores Deputados Municipais é que os mesmos apresentam e aprovam recomendações à Câmara. Nesta sessão, como é extraordinária, não há esse período, pelo que sugeriu que na próxima sessão e no período antes da ordem do dia o BE apresentasse então essa proposta de recomendação. -----

----- Interveio o Sr. Deputado João Couchinho para dizer que a discutir-se a proposta de recomendação, que o BE pretende apresentar, terá de se retirar a proposta da Câmara da Ordem de Trabalhos. Alertou, no entanto, para o facto de a Derrama ter de ser aprovada obrigatoriamente até 30 de Novembro. -----

----- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio para afirmar conhecer a lei e saber que para se aprovar esta proposta de recomendação a da Câmara terá de ser retirada e que apenas existe um período de 10 dias para fazer a aprovação desta matéria, sob pena de as finanças aplicarem a taxa mínima. Disse que esta situação serve de exemplo para que, no futuro, estas matérias venham com mais antecedência à discussão da Assembleia por forma a que os Deputados Municipais não sejam confrontados com factos consumados, como está a acontecer hoje, não estando, porém, em causa o cabimento da proposta da Câmara. -----

----- Discutido este assunto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 13-A/P/09 à votação, tendo a mesma sido aprovada com 19 votos a favor do PS, 6 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do BE e 4 abstenções da Coligação PFNT. -----
PONTO 4 - IMI - (P 14-A/P/09)

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para apresentar a matéria constante desta proposta. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Deputado António Godinho para dizer que a Coligação está de acordo com este princípio geral da proposta. Sugeriu, no entanto, que no futuro os valores sejam diferenciados em função de alguns critérios, como a localização no concelho, a localização geográfica, acesso à rede de saneamento, etc., de forma a incentivar a deslocalização das pessoas para o Alto Concelho, que tem sido o mais penalizado. -----

----- O Sr. Deputado David Mendes também interveio para dizer que por força da lei os prédios urbanos que ainda não foram reavaliados irão sê-lo num futuro próximo, o que quer dizer que com este aumento da Câmara de 0,65% para 0,70% os prédios terão mais de 0,05% de aumento. Pensa que teria sido melhor ter-se atribuído um valor mais baixo para correcção, já que até a taxa de inflação é negativa. Deste modo, não vê razão nenhuma para a Câmara ganhar dinheiro com esta situação, tendo em conta que os proprietários destes imóveis podem também estar já a passar por algumas dificuldades. -----

----- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu a palavra para corroborar as palavras proferidas pelo seu antecedente, acrescentando existir outra questão que deveria ser levada em conta pelo Sr. Presidente de Câmara e que tem a ver com a identificação, com sinalização, dos prédios degradados e devolutos. Informou de que na próxima reunião irá apresenta uma proposta de recomendação à Câmara nesse sentido, uma vez que em sede de lei é possível, nestes casos, que a taxa de IMI seja majorada. ---- Terminou esta sua intervenção dizendo que no futuro não votará favoravelmente qualquer proposta de IMI que não leve estes requisitos em conta. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder aos Senhores Deputados Municipais. Disse que a diferenciação de IMI já está a ser feita relativamente aos coeficientes de localização dos prédios. De acordo com a portaria publicada acerca de 15 dias, que finalmente ao fim de seis anos de se andar a insistir com o governo, alterou os coeficientes de localização, tendo diminuído em média 20% no Concelho de Azambuja. Assim, se os coeficientes diminuíram em media 20% e se a Câmara num caso mantém e noutra aumenta cerca de 8%, de facto o IMI vai baixar 12% no mínimo, bem como o IMT. -----

Quanto aos prédios degradados, o Sr. Presidente informou de que o levantamento está feito. No princípio do próximo ano irá apresentar à Assembleia Municipal o programa de regeneração urbana desse edificado. -----

----- Discutido o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P14-A/P/09, tendo a mesmo sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PS, 4 abstenções da Coligação PFNT, 1 abstenção do BE e 6 votos contra da CDU. -----

PONTO 5 - TMDP - (P 15-A/P/09)

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve descrição do conteúdo desta proposta. -----

----- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu para intervir para informar de que o BE irá votar contra esta proposta, na medida em que as empresas que cobram esta taxa aos municípios não as entregam à Câmara, nem sequer, do ponto de vista legal, são por isso sancionadas. Ora, segundo os Sr. Deputado, não vale a pena estar-se a aplicar uma taxa que apenas serve para favorecer os lucros dessas empresas, lesando altamente os interesses dos municípios, independentemente do valor da taxa. ----- Disse ainda que o BE tinha uma moção para apresentar sobre esta matéria mas, dada a interpretação restritiva do regimento, apresentá-la-á no momento oportuno. -

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para informar de que no próximo congresso da ANMP irá aparecer moção no mesmo sentido da moção referida pelo BE. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 15-A/P/09 à votação, tendo sido aprovada por maioria com 19 votos a favor, 6 votos a favor da CDU, 4 votos a favor da Coligação PFNT e 1 voto contra do BE. -----

PONTO 6 - Conselho Consultivo da EMIA - Eleição de 2 Presidentes de Junta de Freguesia

----- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para perguntar aos Grupos Parlamentares se tinham listas a apresentar. -----

----- Interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas para dizer que o PS e as duas Coligações, PFNT e CDU, tinham uma proposta conjunta para apresentar com os seguintes elementos: -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Maria de Lourdes Firmino Piriquito (Freguesia de Aveiras de Baixo) e Herculano Valada Martins (Freguesia de Manique do Intendente) --

Representantes dos Utentes: Joaquim Marques de Jesus Oliveira, do PS, António Luís Lavado dos Reis, da CDU e Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, da Coligação PFNT. -----

----- Por votação nominal e secreta foram eleitos os Srs. Presidentes de Junta das Freguesias de Aveiras de Baixo e Manique do Intendente, Sra. D. Maria de Lourdes Firmino Piriquito e Herculano Valada Martins, respectivamente, com 29 votos a favor e 1 voto contra. -----

----- Por votação nominal e secreta foram eleitos os Srs. Joaquim Marques de Jesus Oliveira, António Luís Lavado dos Reis e Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, com 29 votos a favor e 1 voto contra. -----

PONTO 7 - Assembleia Distrital de Lisboa - Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia e Seu Substituto

----- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para perguntar aos Grupos Parlamentares se tinham listas a apresentar. -----

----- Interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas para apresentar a Lista do Grupo do PS. -----

----- Não havendo outras listas, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a Lista apresentada pelo PS à votação. -----

Por votação nominal e secreta foram eleitos, como efectivo a Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Maria de Lourdes Firmino Piriquito e como Suplente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso, com 23 votos a favor e 6 votos em branco. -----

PONTO 8 - Assembleia Intermunicipal da CIMLT - Eleição de 5 Elementos da Assembleia Municipal

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para fazer a apresentação das listas e explicar que nesta eleição, por força da lei, os Presidentes de Junta não votam. Informou também que o apuramento da presente eleição iria ser feito pelo método de HONDT. -----

Terminados os esclarecimentos o Sr. Presidente da Assembleia deu início à votação por voto nominal e secreto.

Concluída a votação, verificaram-se os seguintes resultados: -----

ELEITORES: 21, VOTANTES: 21, VOTOS BRANCOS: 0, VOTOS NULOS: 0 -----

VOTOS NAS LISTAS: -----

Lista A (PS): 12 -----

Lista B (CDU): 5 -----

Lista C (PFNT) 4 -----

ATRIBUIÇÃO DE MANDATOS: -----

Lista A (PS): 3 -----

Lista B (CDU): 1 -----

Lista C (PFNT): 1 -----

Foram eleitos os Senhores Deputados Municipais António Pratas Cardoso, Rui Augusto Nabais e Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, do PS, António José Rodrigues, da CDU, e Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, da Coligação PFNT. -----

PONTO 9 - ANMP - Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia e Seu Substituto

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para perguntar aos Grupos Parlamentares se tinham listas a apresentar. -----

---- Interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas para apresentar a Lista do Grupo do PS. -----

---- Não havendo outras listas, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a Lista apresentada pelo PS à votação. -----

Por votação nominal e secreta foram eleitos, como efectivo o Sr. Presidente de Vale do Paraíso, António Batista Marques e como Suplente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de S. Pedro, Lúcio Manuel Cardador Costa, com 20 votos a favor, 3 votos contra e 7 votos em branco. -----

PONTO 10 - Conselho da Comunidade ACES - Agrup. Centros de Saúde Lezíria 1- Ribatejo - Eleição de 1 Representante

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para perguntar aos Grupos Parlamentares se tinham listas a apresentar. -----

---- Interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas para dizer que o Grupo do PS tem muita honra em propor o Sr. Deputado Municipal da Coligação PFNT, António Francisco Nunes Godinho, para representar o Município de Azambuja no Conselho da Comunidade AES. -----

---- Não havendo outras listas, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a Lista apresentada pelo PS à votação. -----

Realizada a votação por voto nominal e secreto foi eleito o Sr. Deputado Municipal António Francisco Nunes Godinho, com 30 votos a favor. -----

PONTO 11 - Conselho Cinegético Municipal - Eleição de Autarca

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio informar da chegada à mesa de um Requerimento do PS, para que a sessão só terminasse depois de esgotados os pontos da Ordem do Dia, tendo-o colocado de imediato à votação. -----

Realizada a votação foi o referido Requerimento aprovado, por maioria, com 17 votos a favor do PS, 6 votos a favor da CDU, 4 votos a favor da Coligação PFNT, 1 voto a favor do BE e 2 votos contra do PS. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia perguntou aos Grupos Parlamentares se tinham listas a apresentar. -----

----- Interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas para apresentar a Lista do Grupo do PS. -----

----- Não havendo outras listas, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a Lista apresentada pelo PS à votação. -----

Por votação nominal e secreta foram eleitos, como efectivo o Sr. Presidente da Maçussa, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves e como Suplente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de S. Pedro, Lúcio Manuel Cardador Costa, com 23 votos a favor e 7 votos em branco. -----

PONTO 12 - Criação da Comissão Permanente

-----Foi apresentada uma proposta para a criação da Comissão Permanente, constituída pelos seguintes elementos: -----

António Pratas Cardoso - Presidente da Assembleia Municipal -----

José Manuel Isidoro Pratas - PS -----

David José Pinto Mendes - CDU -----

António Francisco Nunes Godinho - PFNT -----

Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro - BE -----

----- Colocada à votação à votação foi a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 2 votos em branco e 1 voto contra. -----

PONTO 13 - Criação de Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal

----- Foi apresentada uma proposta pelo Sr. Presidente da Mesa para ser delegado na Comissão Permanente o trabalho de Revisão do Regimento, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA

----- 1º Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que a colocou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ENCERRAMENTO

-----Eram zero horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e um de Novembro de dois mil e nove, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

----- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----